

**AgRg no HABEAS CORPUS Nº 567.416 - SP (2020/0070917-0)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**AGRAVANTE : EDER FAVARETTO (PRESO)**  
**ADVOGADOS : MATHEUS HENRIQUE SASSERON - MG150496**  
**MAICON MARCELO XAVIER - SP427161**  
**MARCELO DOS SANTOS MISAEL - SP341495**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo regimental em *habeas corpus* interposto por EDER FAVARETTO, contra a decisão de fls. 31-32, por intermédio da qual o Ministro Presidente indeferiu liminarmente a petição inicial, com fundamento no óbice processual referido na Súmula n.º 691/STF.

Colhe-se nos autos que, em 28/02/2019, o Juiz de primeiro grau, no Processo n.º 1500084-30.2020.8.26.0614, converteu em preventiva a prisão em flagrante do Agravante, que foi autuado em razão da suposta prática do crime previsto no art. 155, § 4.º, inciso III, do Código Penal. Nesse ato, consignou o Magistrado o que se segue a respeito da conduta praticada pelo Agente (fl. 23):

*"Consta dos autos que o acusado subtraiu, do interior do veículo Blaser preta, uma bolsa, sendo que a proprietária do veículo estaria em uma academia nas proximidades. O fato foi levado à vítima por terceira pessoa e, a seguir, a vítima auxiliada por colegas, foi atrás do autuado, encontrando-o na via pública em poder da bolsa da vítima, já tentando subtrair o dinheiro de sua carteira. Na oportunidade, o autuado alegou que teria achado a bolsa. A vítima informa que seu veículo estava fechado e não possuía alarme.*

*Acredita que o veículo tenha sido aberto com chave falsa. Ato contínuo, o policial civil Adenilson Rangel de Paula, que frequentava a academia localizou o indiciado e recuperou o dinheiro da vítima (R\$600,00), e seu óculos de sol. Com o autuado também foi encontrada a chave falsa mencionada pela vítima."*

Contra a segregação cautelar foi proferida a decisão em que o Relator do HC n.º 2041729-74.2020.8.26.0000 no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo indeferiu o pedido liminar lá formulado.

# Superior Tribunal de Justiça

Seguiu-se a impetração deste *writ*, no qual o Ministro Presidente, em 19/03/2020, proferiu a decisão ora impugnada.

Daí o presente recurso, em que o Agravante alega, em suma, a inexistência de fundamentação válida no decreto prisional, lastreado no emprego de chave falsa, que é elementar do tipo qualificado; a falta de configuração dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal; que o Ministério Público estadual manifestou-se contra a segregação; e que a aplicação da medida é desproporcional, notadamente porque a conduta não é violenta e suas condições pessoais são favoráveis.

Requer a reconsideração da decisão da Presidência desta Corte para que, superada a vedação mencionada na Súmula n.º 691/STF, seja determinada liminarmente a sua soltura, ou, ao menos, a reforma do ato pelo Colegiado.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

A decisão agravada deve ser reconsiderada e, conseqüentemente, a pretensão liminar deve ser deferida, por estarem configurados a plausibilidade jurídica do pedido e o perigo da demora.

O entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por este Superior Tribunal de Justiça é no sentido de não se admitir *habeas corpus* contra decisão denegatória de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o que está sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, ao Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 506.812/MG, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, 5.ª Turma, DJe 01/07/2019; PET no HC 514.638/CE, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, 6.ª Turma, DJe 12/08/2019; HC 406.428/SP, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, 3.ª Turma, DJe 29/09/2017; HC 349.829/SP, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, 4.ª Turma, DJe 01/08/2016, v.g.).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado.

A hipótese enquadra-se na situação extraordinária.

Na decisão em que decretou a prisão preventiva do Agravante, o Juiz de primeiro grau declinou os seguintes fundamentos (fls. 23-24):

*"[...] a prisão preventiva mostra-se, em princípio, necessária para preservação da ordem pública ante o iminente processo que se avizinha, afigurando-se insuficientes e inadequadas ao caso, por ora, as medidas cautelares substitutivas da segregação. Ao menos até que novos elementos de cognição sejam trazidos à tona, o que será objeto de nova deliberação oportunamente.*

*[...].*

*Embora a prisão provisória seja uma medida extrema, certo é que em casos excepcionais, como o dos autos em que desponha a gravidade concreta do crime -, a ordem pública prevalece sobre a liberdade individual.*

*Anoto que a preservação da ordem pública não se restringe às medidas preventivas do surgimento de conflitos e tumultos, da reiteração da conduta delitiva, mas **abrange também a promoção das providências de resguardo à integridade das instituições, à sua credibilidade social e o aumento da confiança da população nos mecanismos oficiais de repressão** às diversas formas de delinquência. Trata-se, assim, de uma forma de proporcionar ao Estado a efetiva aplicação da lei penal. É medida de rigor, portanto, a segregação acautelatória para a garantia da ordem pública, em cujo conceito se insere tanto a prevenção da reprodução de fatos criminosos como o próprio acautelamento do corpo social. Assim, a medida extrema evitará a prática de novos delitos por parte do réu. Destaco que o fato, em tese cometido pelo acusado, se reveste de gravidade já que portava instrumento apto a efetuar a abertura de veículos, logrou êxito em se apossar de relevante quantia em dinheiro (dentro do porte desta Comarca), **causando assim, com sua conduta intenso sentimento em impotência ao corpo social**. Por isso, a segregativa cautelar do acusado, ainda que ostente o estigma da primariedade, se mostra necessária. Ante o exposto, **CONVERTO A PRISÃO DECORRENTE DE FLAGRANTE EM PREVENTIVA de EDER FAVARETTO, com fundamento no artigo 312 do Código de Processo Penal, visando a garantia da ordem pública, da aplicação da lei penal e da segurança da vítima.**"*

A medida extrema, para ser legítima à luz da sistemática constitucional, exige que o Magistrado, sempre mediante fundamentos concretos extraídos de elementos constantes dos autos (arts. 5.º, incisos LXI, LXV e LXVI, e 93, inciso IX, da Constituição da República), demonstre a existência de prova da materialidade do crime e de indícios suficientes de autoria delitiva (*fumus comissi delicti*), bem como o preenchimento de ao menos um dos requisitos autorizativos previstos no art. 312 do

Código de Processo Penal, no sentido de que o réu, solto, irá perturbar ou colocar em perigo (*periculum libertatis*) a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

Além disso, de acordo com a microrreforma processual procedida pela Lei n.º 12.403/2011 e com os princípios da excepcionalidade (art. 282, § 4.º, parte final, e § 6.º, do CPP), provisionalidade (art. 316 do CPP) e proporcionalidade (arts. 282, incisos I e II, e 310, inciso II, parte final, do CPP), a prisão preventiva há de ser medida necessária e adequada aos propósitos cautelares a que serve, não devendo ser decretada ou mantida caso intervenções estatais menos invasivas à liberdade individual, enumeradas no art. 319 do CPP, mostrem-se, por si sós, suficientes ao acautelamento do processo e/ou da sociedade.

No caso, constato que a decretação da prisão preventiva está fundada em motivação inválida, pois não apontou elementos concretos que justificassem a necessidade da custódia – a qual está amparada, na verdade, na gravidade abstrata do delito e em elemento ínsito ao tipo qualificado ("*o fato, em tese cometido pelo acusado, se reveste de gravidade já que portava instrumento apto a efetuar a abertura de veículos*" – fl. 24).

Essa fundamentação, todavia, não consubstancia justificativa concreta e adequada sobre em que medida a liberdade do Acusado poderá comprometer a ordem pública ou econômica, ou, ainda, a aplicação da lei penal, bem como a insuficiência das medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Cabe ainda referir que, embora seja legítima, em termos de política criminal, a preocupação com a segurança pública, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que **fundamentos vagos**, aproveitáveis em qualquer outro processo – como, exemplificativamente, o de que se cuida de delito ligado à desestabilização de relações familiares ou o de que se trata de crime que causa temor, insegurança e repúdio social –, não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva, porque **nada dizem sobre a real periculosidade do agente, que só pode ser decifrada à luz de elementos concretos constantes dos autos**.

A propósito, no caso, em que o crime não foi cometido com violência ou grave ameaça, os bens furtados foram localizados e **o réu é primário**, não está configurado o *periculum libertatis*, valendo ressaltar que a prática do crime de furto, por si só, "*não é indicativo de acentuada periculosidade do Agente. Nesse sentido: HC n.º 524.586/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe*

21/10/2019" (STJ, HC 517.737/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 04/02/2020).

Cito ainda os seguintes precedentes desta Corte:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA, FURTO QUALIFICADO, RECEPÇÃO QUALIFICADA E CORRUPÇÃO DE MENOR. PRISÃO PREVENTIVA. MEDIDA EXCEPCIONAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E REITERAÇÃO DELITIVA NÃO DEMONSTRADAS. GRAVIDADE ABSTRATA DOS CRIMES. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA.

1.[...].

2. No caso, a decisão do Juiz singular é genérica, não analisando, ainda que de forma sucinta, as circunstâncias concretas do caso, amparando-se em mera suposição, desconrelacionada do substrato fático. Afinal, não se considera fundamentado o decreto preventivo que invoca motivos que se prestam a justificar qualquer outra decisão. Ora, as afirmações de que o Paciente só comparecerá à instrução criminal se estiver segregado e que, se condenado, 'não será encontrado para dar início ao cumprimento da pena', não estão baseadas em nenhum substrato fático extraído dos autos, sendo apenas ilações genéricas de um provável comportamento.

3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que fundamentos vagos, que digam respeito às próprias elementares do tipo penal, não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva, porque nada dizem sobre a real periculosidade do agente, que só pode ser decifrada à luz de elementos concretos constantes dos autos.

4. Hipótese em que não restou demonstrada a 'concreta probabilidade de reiteração da prática criminosa, caso permaneça em liberdade', em razão da primariedade e ausência de antecedentes do Paciente.

5. Registre-se que as condições subjetivas favoráveis ao Paciente, 'conquanto não sejam garantidoras de eventual direito à soltura, merecem ser devidamente valoradas, quando não for demonstrada a real indispensabilidade da medida constritiva' (RHC 108.638/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 20/05/2019).

6. Ordem de habeas corpus concedida para que possa o Paciente responder ao processo em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação da prisão preventiva, se concretamente demonstrada sua necessidade cautelar, ou de imposição de outras medidas alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal." (HC 523.903/MA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em

19/11/2019, DJe 05/12/2019.)

*"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. FURTO SIMPLES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA À LUZ DO ART. 312 DO CPP. DESPROPORCIONALIDADE DA MEDIDA EXTREMA. PROVIDÊNCIAS CAUTELARES DIVERSAS. ART. 319 DO CPP. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA. COAÇÃO ILEGAL DEMONSTRADA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.*

*1. [...].*

*2. A prisão somente será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar e quando realmente mostre-se necessária e adequada às circunstâncias em que cometido o delito e às condições pessoais do agente. Exegese do art. 282, § 6º, do CPP.*

*3. Trata-se de imputação por furto simples, portanto, sem violência ou grave ameaça, em que o acusado é tecnicamente primário, não ocorrendo circunstâncias de maior gravidade a justificar o encarceramento, medida a ser tomada como ultima ratio.*

*4. Evidenciado que a manutenção da custódia antecipada do réu é medida mais gravosa que o provável resultado final do processo que a prisão visa acautelar e que a finalidade almejada quando da ordenação da preventiva pode ser atingida com a aplicação de providências cautelares alternativas, presente o constrangimento ilegal apontado na inicial.*

*4. Observado o binômio proporcionalidade e adequação, infere-se, diante das particularidades do caso concreto, ser devida e suficiente a imposição de medidas cautelares diversas à prisão para garantir a ordem pública, evitando-se a reiteração delitiva.*

*5. Habeas corpus não conhecido, concedendo-se, contudo, a ordem de ofício, para revogar a custódia preventiva do paciente, mediante a imposição das medidas alternativas à prisão previstas no art. 319, I, IV e V, do Código de Processo Penal, expedindo-se em seu favor o competente alvará de soltura, salvo se por outro motivo estiver preso." (HC 489.795/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 12/03/2019.)*

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão agravada e DEFIRO o pedido liminar para determinar, até o julgamento final do writ, a *incontinenti* soltura do Acusado, se por *al* não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo da fixação de medidas cautelares alternativas (art. 319 do Código de Processo Penal), desde que de forma fundamentada.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ao Juízo de primeira instância, encaminhando-se-lhes cópia da presente decisão.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Requisitem-se informações ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de origem, a serem instruídas com a respectiva senha ou chave de acesso para consulta aos andamentos processuais, caso a página eletrônica da Corte requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora